

Paraíso Social de Aguada de Baixo

Demonstrações Financeiras 2021

- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas 2021
 - ✓ Balanço em 31.12.2021
- ✓ Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2021
 - ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021
 - ✓ Anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

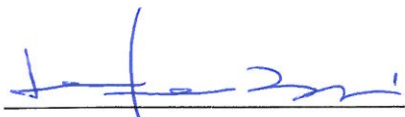
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	3-8	433 907,13	442.339,41
Subsídios, doações e legados à exploração	3-9-12	385 452,98	400.679,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3-7	(97 178,53)	(102.466,20)
Fornecimentos e serviços externos	12	(166 216,40)	(165.742,69)
Gastos com o pessoal	3-10	(531 754,80)	(535.531,09)
Outros rendimentos	3-12	24 961,75	16.904,65
Outros gastos	3-12	(3 734,43)	(1.021,66)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		45.437,70	55.162,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3-5-6	(56.010,47)	(54.543,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(10.572,77)	618,54
Juros e rendimentos similares obtidos	8-12	446,14	439,91
Resultados antes de impostos		(10.126,63)	1.058,45
Resultado líquido do período		(10.126,63)	1.058,45

Aguada de Baixo, 7 de Março 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Direção



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis



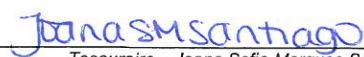
Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Maria Luíza Oliveira Santos Rodrigues Almeida



Tesoureiro - Joana Sofia Marques Santiago



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

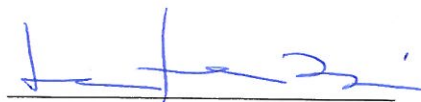
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3-5	1.538.646,68	1.572.958,31
Investimentos financeiros		3.422,30	2.648,96
Subtotal		1.542.068,98	1.575.607,27
Ativo corrente			
Inventários	3-7	4.632,67	5.278,65
Créditos a receber	3-12	43.493,95	48.832,33
Estado e outros Entes Públicos	12	2.836,28	968,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	3-12	6.218,00	5.550,00
Diferimentos	3-12	8.590,78	7.196,26
Caixa e depósitos bancários	3-12	499.921,42	489.745,75
Subtotal		565.693,10	557.571,91
Total do Ativo		2.107.762,08	2.133.179,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3-12	1.163.299,44	1.163.299,44
Resultados transitados	3-12	456.226,51	455.168,06
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	3-12	348.024,53	362.916,84
Resultado Líquido do período		(10.126,63)	1.058,45
Total dos fundos patrimoniais		1.957.423,85	1.982.442,79
Passivo corrente			
Fornecedores	3-12	33.639,03	29.343,39
Adiantamento de Clientes	3-12	22.519,54	21.521,79
Estado e outros Entes Públicos	12	25.201,77	24.163,65
Outros passivos correntes	3-12	68.977,89	97.229,35
Subtotal		150.338,23	150.736,39
Total do passivo		150.338,23	150.736,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.107.762,08	2.133.179,18

Aguada de Baixo, 7 de Março 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Direção



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis



Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Maria Luís Oliveira Santos Rodrigues Almeida



Tesoureiro - Joana Sofia Marques Santiago



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

Demonstrações financeiras de 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade
Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1.163.299,44	400.772,04	377.809,15	54.396,02	1.996.276,65	1.996.276,65
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		54.396,02	(14.892,31)	(54.396,02)	(14.892,31)	(14.892,31)
			35.040,36	(14.892,31)	(35.040,36)	(14.892,31)	(14.892,31)
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
					1.058,45		
9=7+8	RESULTADO EXTENSIVO				(53.337,57)	(53.337,57)	(53.337,57)
10	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	1.163.299,44	455.168,06	362.916,84	1.058,45	1.982.442,79	1.982.442,79

Aguada de Baixo, 7 de Março 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583



A Direção



S Maria Vaz Almeida

T Joana SHSANTIAGO

V Jorge Rodrigues Gomes

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Unidade Monetária: Euros	
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	1.163.299,44	455.168,06	362.916,84	1.058,45	1.982.442,79	1.982.442,79	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		1.058,45	(14.892,31)	(1.058,45)	(14.892,31)	(14.892,31)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		1.058,45	(14.892,31)	(1.058,45)	(14.892,31)	(14.892,31)	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(10.126,63)			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10				(11.185,08)	(11.185,08)	(11.185,08)	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	1.163.299,44	456.226,51	348.024,53	(10.126,63)	1.956.365,40	1.956.365,40	

Aguada de Baixo, 7 de Março 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Direção
Paula Elisa Golea
 ✓

Maria Luíz Almeida
 T *Joana Santos*
 ✓ *João Rodrigues Gomes*

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

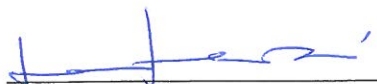
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade
Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	3-12	434.419,89	438.965,16
Pagamento a fornecedores	3-12	(269.655,17)	(265.172,29)
Pagamentos ao pessoal	3-12	(532.317,77)	(522.957,43)
Caixa gerada pelas operações		(367.553,08)	(349.164,56)
Outros recebimentos/pagamentos		396.012,21	381.072,30
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		28.459,16	31.907,74
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(22.099,14)	(4.780,06)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(22.099,14)	(4.780,06)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>	12	3.369,51	6.818,53
<i>Juros obtidos</i>	8-12	446,14	439,91
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		3.815,65	7.258,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.175,67	(34.386,12)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3-12	489.745,75	455.359,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3-12	499.921,42	489.745,75

Aguada de Baixo, 7 de Março 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

A Direção



Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Maria Luísa Oliveira Santos Rodrigues Almeida



Tesoureiro - Joana Sofia Marques Santiago



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

Anexo

1. Identificação da Entidade

O PARAISO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, pessoa coletiva de utilidade pública, com estatutos publicados no **Diário da República n.º 274 de 23/11/1993, Série III**, e inscrita no livro da IPSS n.º 5 a folhas 139 com o n.º 58/93, com sede na Rua António Soares Almeida Roque n.º 5; 3750-031 Aguada de Baixo, concelho de Águeda e distrito de Aveiro. Tem como objetivo a prossecução de atividades de solidariedade social e o seu âmbito abrange principalmente a freguesia de Aguada de Baixo, do concelho de Águeda e lugares limítrofes. Em 2021 prestou cuidados nas seguintes respostas sociais:

- ERPI – Estrutura residencial para idosos;
- CD – Centro de Dia
- SAD – Serviço de apoio domiciliário

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de DF's
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho – Estrutura conceptual
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho – Norma Contabilística para Microentidades
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho – 28 NCRF
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho – NCRF - PE
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho – 2 Normas Interpretativas
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho – NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

O conteúdo do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparáveis.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, resumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 12.3 e 12.9) e "*Diferimentos*" (Nota 12.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando

ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativo e Passivos serem relatados separadamente, assim como os Gastos e os Rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial

dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	de 10 a 50 anos
Equipamento básico	de 4 a 8 anos
Equipamento de transporte	de 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	de 4 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	de 2 a 5 anos

A Entidade revê periodicamente a vida útil de cada ativo.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	de 3 a 5 anos
Programas de Computador	de 3 a 5 anos

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo específico.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber - Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes,

os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienação	Saldo em 31-Dez-2021
Custo				
Terrenos e recursos naturais	300 788,35			300 788,35
Edifícios e outras construções	1 902 014,09			1 902 014,09
Equipamento básico	207 160,78	701,10		207 861,88
Equipamento de transporte	117 396,53			117 396,53
Equipamento administrativo	30 675,30			30 675,30
Outros Ativos fixos tangíveis	56 103,72	20 997,74		77 101,46
Total	2 614 138,77	21 698,84	-	2 635 837,61
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	677 156,88	42 628,11		719 784,99
Equipamento básico	203 385,28	829,50		204 214,78
Equipamento de transporte	95 800,23	6 728,44		102 528,67
Equipamento administrativo	27 880,41	1 040,74		28 921,15
Outros Ativos fixos tangíveis	36 957,66	4 783,68		41 741,34
Total	1 041 180,46	56 010,47	-	1 097 190,93

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84		39.627,84
Depreciações acumuladas			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84	-	39.627,84

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Inventário em 31-Dez-2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.355,21	102.389,64	5.278,65
Total	5.355,21	102.389,64	5.278,65

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Inventário em 31-Dez-2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 278,65	96 532,55	4 632,67
Total	5 278,65	96 532,55	4 632,67

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Inventário em 31-Dez-2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 278,65	96 532,55	4 632,67
Total	5.278,65	96.532,55	4.632,67

	2020	2021
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	102 466,20	97 178,53

8. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços	433 907,13	442 339,41
Quotas dos utilizadores	416 096,63	424 726,13
Quotas de sócios	2 483,00	2 485,50
Serviços secundários	15 327,50	15 127,78
Juros	446,14	439,91
Total	434 353,27	442 779,32

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	377.876,21	365.887,48
Comparticipações Segurança Social	377 876,21	365.887,48
Total	377.876,21	365.887,48

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	4 207,26	27.973,68
Doações	3 369,51	6.818,53
Total	7 576,77	34.792,21

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, em 2021 e 2020, foram:

Assembleia geral: 3

Direção: 7

Conselho Fiscal: 5

Os Órgãos Sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 35, em 2021, foi igualmente de 35.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	431 584,50	435 412,73
Encargos sobre as Remunerações	94 868,50	95 349,37
Seguros de Acidentes no Trabalho	3 614,54	3 601,72
Outros Gastos com o Pessoal	1 687,26	1 167,27
Total	531 754,80	535 531,09

11. Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Quotas	21 523,00	20.855,00
Perdas por imparidade	(15 305,00)	(15.305,00)
Total	6 218,00	5.550,00

12.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Crédito a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e utentes	18 700,10	18 215,11
Adiantamento a fornecedores		1.247,88
Devedores por acréscimos de rendimentos	24 696,68	25 276,74
Outros Devedores	97,17	4 092,60
Total	43 493,95	48.832,33

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Stock produtos limpeza	2 940,43	3 832,45
Seguros	5 650,35	3 363,81
Total	8 590,78	7 196,26

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 597,15	1 413,03
Depósitos à ordem	127 585,05	117 634,03
Depósitos a prazo	350 739,22	350 698,69
Outros Instrumentos financeiros	20 000,00	20 000,00
Total	499 921,42	489 745,75

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	1 163 299,44			1 163 299,44
Resultados transitados	455 168,06	1 058,45		456 226,51
Outras variações nos fundos patrimoniais	362 916,84		14 892,31	348 024,53
Total	1 981 384,34	1 058,45	14 892,31	1 967 550,48

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	33 639,03	29 343,39
Total	33 639,03	29 343,39

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 836,28	968,92
Total	2 836,28	968,92
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 970,34	4 641,13
Segurança Social	20 071,14	19 406,35
Outros Impostos e Taxas	160,29	116,17
Total	25 201,77	24 163,65

12.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				400,30
Credores por acréscimos de gastos		67 214,55		73.683,92
Outros credores		1 763,34		1.623,34
Total		68 977,89		75.707,56

12.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	4 207,26	27 973,68
Doações	3 369,51	6 818,53
Total	7 576,77	34 792,21

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	70 831,80	60 961,16
Materiais	7 260,93	6 977,19
Energia e fluidos	49 259,62	46 582,87
Deslocações, estadas e transportes	1 731,12	1 845,59
Serviços diversos (*)	37 132,93	49 375,88
Higiene e segurança	28 647,63	38 963,72
Seguros	4 625,06	4 752,28
Comunicação	3 860,24	4 065,98
Total	166 216,40	165 742,69

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	1 795,80	1 795,80
Descontos de pronto pagamento obtidos	31,92	63,54
Outros rendimentos e ganhos	23 134,03	15 045,31
Total	24 961,75	16 904,65

12.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	155,64	264,53
Outros Gastos e Perdas	3 578,79	757,13
Total	3 734,43	1 021,66

12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	446,14	439,91
Total	446,14	439,91
Resultados financeiros	446,14	439,91

12.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente Anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas Contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção no dia 7 de Março de 2022.

Aguada de Baixo, 7 de Março de 2022

O Contabilista Certificado n.º 33583



João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

A Direção



Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Maria Luís Oliveira Santos Rodrigues Almeida



Tesoureiro - Joana Sofia Marques Santiago



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

PARAISO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCICIO DE 2021

O Conselho Fiscal do Paraíso Social de Aguada de Baixo vem, nos termos estatutários, dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas da Direção relativas ao ano de 2021.

Acompanhamos de perto a atividade da instituição, tendo conhecimentos de todas as ações e atos relevantes realizadas pela Direção no âmbito da gestão do Paraíso Social de Aguada de Baixo, em particular a peculiaridade do ambiente disruptivo do ano de 2021 com a envolvimento da pandemia COVID 19 e os efeitos que provocou na gestão normal das atividades.

Os documentos que analisamos, Relatório, Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações de Fundos Próprios, Fluxos e Caixa e Anexo às Contas, relativos à prestação de contas do ano de 2021 refletem de forma adequada o desempenho daquela atividade ao longo do ano e a situação patrimonial à data de 31 de Dezembro.

O ano de exceção de 2021 com a suas particularidades da envolvente de situação pandémica a afetar o ambiente económico e social, foi particularmente sentido nos lares onde se concentram os mais débeis e fragilizados. Estivemos perante o desespero e angustia que sempre pairou sobre os mais idosos, um ónus terrível para os mais vulneráveis.

Apesar do nível de desempenho económico ficar marcado por resultados negativos, provavelmente os primeiros dos últimos 20 anos, merece uma relevância especial, tendo em consideração o contexto económico e social em que aqueles valores foram conseguidos e não são sinal de qualquer desmérito face à gestão da instituição. Antes pelo contrário. O relatório da Direção dá bem conta das alterações extraordinárias de rendimentos e gastos que mais contribuíram para a situação obtida no ano de 2021 penalizado com níveis de ocupação abaixo do normal com consequências nos rendimentos. Foi graças a este esforço e dedicação, da Direção, dos Funcionários e dos Quadros, envolvidos na gestão do desconhecido, com risco da sua própria saúde, que a instituição continua a evidenciar uma situação de sustentável equilíbrio económico e financeiro.

Face ao exposto somos de opinião que:

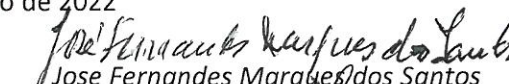
- 1- Seja aprovado o Relatório de Atividades da Direção e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2021.
- 2- Seja aprovado um voto de louvar à Direção, pela forma abnegada e consequente como geriu a instituição neste ano tão exigente em ações e soluções.
- 3- Seja aprovado um voto de reconhecimento a todos os quadros e pessoal pela forma disponível, responsável e de missão como enfrentaram este ano tão difícil para as nossas vidas em especial para as dos nossos utentes.

E foi neste ambiente de turbulência na saúde pública e debaixo dos valores incomensuráveis de pico da pandemia, em janeiro de 2022, a quinta vaga, que perdemos o nosso vogal do Conselho Fiscal, Celestino Tavares dos Reis, um grande amigo e benfeitor do nosso Paraíso Social mas que estendeu a sua filantropia aos seus concidadãos. Aqui fica o voto de pesar deste Conselho Fiscal que sabemos ser também de toda a Comunidade com quem se relacionou. Morreu o Celestino. Sentimos a falta de um homem bom.

Pedimos à Assembleia um minuto de silêncio de homenagem a sua bondade e dedicação com registo do reconhecimento do exemplo que deu na ajuda e disponibilidade para a nossa instituição.

E nada mais havendo a tratar foi encerrado a reunião da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

Aguada de Baixo 11 de março de 2022


Jose Fernandes Marques dos Santos

Rogério da Silva Marçal

Turibio dos Santos Rodrigues

